



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS**

PARECER

PARECER Nº 016/SLL/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30.608/2023.

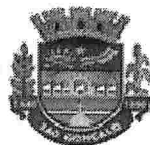
EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO COM DISPENSA DE LICITAÇÃO COM ESTEIO NO ARTIGO 24, II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. AQUISIÇÃO DE TABLETS. CONSIDERAÇÕES.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de procedimento administrativo de interesse da Secretaria Municipal de Fazenda, na qual se pretende a “*aquisição de tablets*”, conforme condições, descrições e especificações técnicas contidas no Termo de Referência (fls. 03/09).

Os presentes autos encontram-se instruídos, dentre outros, com os seguintes documentos, pertinentes à presente análise:

- Termo de formação de processo administrativo – fls. 02;
- Termo de Referência – fls. 03/09;
- Pesquisa de preços – fls. 10/14;
- Documentação de habilitação, fiscal e trabalhista da pretensa contratada – fls. 15/20;
- Planilha de composição de preços – fls. 21
- Aprovação motivada do Termo de Referência – fls. 22;
- Declaração do Ordenador de Despesa acerca do interesse da Administração na contratação – fls. 23;
- Declaração do Ordenador de Despesa optando pela contratação direta em razão do valor – fls. 24;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS**

- Justificativa da escolha do fornecedor – fls. 25;
- Declaração de previsão orçamentária nos termos do art. 16, II da Lei Complementar nº 101/200 – fls. 26;
- Declaração atestando que não há processo licitatório em trâmite ou ata de registro de preços instaurada por outra secretaria para aquisição de tablets, bem como atesta que não será autuado, nesse exercício financeiro procedimento para aquisição de tablets ou objeto de natureza similar, que somados ultrapassem o limite legal – fls.27;
- Notas de Pré-Empenhos nºs. 016/2023 e 017/2023– fls. 29/30
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da empresa CSH Comércio e Serviços Hospitalares Ltda. – fls. 31;
- Relatório de Instrução Processual preenchido e assinado – fls. 32;
- Despacho do Sr. Secretário Municipal de Fazenda encaminhando os autos à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

É o relevante a relatar. Passo a opinar.

II – ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Além do mais, na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC nº 7, que assim dispõe:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

Feitas as ressalvas, passa-se à análise estritamente jurídica do presente processo.

Em regra, em função de expressa determinação constitucional, os contratos aperfeiçoados pela Administração Pública devem ser precedidos de procedimento licitatório prévio para que seja escolhida a proposta mais vantajosa para a Administração, observada a igualdade de condições entre todos os licitantes.

Entretanto, a regra constitucional admite que o procedimento licitatório seja **afastado em situações regulamentadas em lei**, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, *verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1996).

(...)

*XXI – **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações."*

Uma das ressalvas estabelecidas na legislação infraconstitucional recai sobre o valor estabelecido para a contratação. Diz o art. 34 da Lei Federal nº 8.666/93, *verbis*:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

Cingindo-nos a questão a ser apreciada tem-se que, após cotação realizada pela própria Secretaria Municipal de Fazenda, o valor obtido para o objeto pretendido foi inferior ao limite estabelecido pelo Decreto nº 9.412/2018, possibilitando, em tese, a contratação direta com esteio no art. 24, II da Lei de Licitações e Contratos.

Note-se, no entanto, que a possibilidade de contratar diretamente não deve induzir a uma contratação feita de qualquer forma ou sem observância dos procedimentos e exigências impostos para as contratações públicas. Ao revés, ao afastarem o procedimento licitatório propriamente dito, as dispensas exigem reforçado cuidado quanto à observância dos



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS**

princípios que informam a Administração Pública, além do estrito seguimento do regramento legal imposto.

Não é o que se observa nestes autos.

O art. 51 do Decreto Municipal nº 093/2021 estabelece que:

*“Art. 51. Será adotado o sistema de **dispensa eletrônica**, nas seguintes hipóteses:*

(...)

II – aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993”

*Verifica-se, assim, que as dispensas de licitação calcadas no art. 24, II da Lei nº 8.666 devem ser realizadas através de dispensa eletrônica, **o que não foi realizado no presente procedimento.***

Registre-se que as contratações diretas realizadas através de dispensa eletrônica não apenas atendem ao comando da norma regulamentadora mas, em especial, **privilegiam a transparência, a moralidade e a eficiência nas contratações públicas, ao facultarem ampla participação de interessados e permitirem o controle do processo de contratação.**

Por esta razão, **recomenda esta Procuradoria de Contratos, Licitações e Convênios que a contratação direta, com esteio no inciso II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 seja realizada através do processo de dispensa eletrônica, salvo impossibilidade ou inconveniência ao interesse público devidamente certificada nos autos pela autoridade competente.**

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando a inobservância do procedimento de dispensa eletrônica exigido pelo Decreto Municipal nº 093, de 2021, para a contratação direta com dispensa de licitação em razão do valor, na forma prevista no art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93, opina esta Procuradoria de Contratos, Licitações e Convênios, **pela impossibilidade de contratação direta da empresa CSH COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA.**

Por derradeiro, saliento que a presente manifestação toma por base, exclusivamente os elementos que constam, até a presente data, dos autos do processo administrativo em epígrafe, restringindo ao prisma estritamente jurídico, subtraindo análises que




ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária em virtude da delimitação da competência institucional deste órgão, tampouco adentrando nos aspectos de conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administrados no âmbito do Município de São Gonçalo.

S.M.J, é o parecer que submeto à superior aprovação da Ilma. Procuradora Geral do Município.

São Gonçalo, 28 de novembro de 2023.

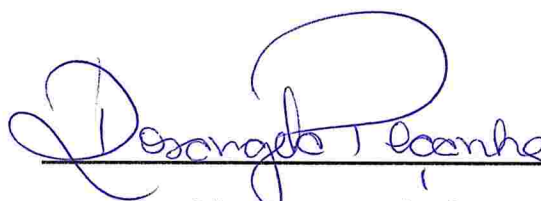

Sandra Lucia Ladeira
Procurado do Município
Matr. 19.257



CERTIDÃO JUNTADA DE DOCUMENTO

DOCUMENTO	ORIGINAL (X)	CÓPIA ()
Nº DO PROCESSO	30.608/2023	
Nº DE FOLHAS	34 à 38 (05 folhas)	
SETOR	PROCURADORIA DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS	
SERVIDOR	NOME: Rosangela Peçanha	MAT:129.224
OBS:	Parar 16/522 19023	

São Gonçalo, 30 de novembro de 2023.


Servidor Responsável



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Procuradoria Geral do Município


PGM	Procuradoria Geral do Município
	40 11826.
	São Gonçalo

A SEMFA

Processo nº 30.608/2023

De acordo com o Parecer nº 016/SLL/2023, as fls. 34/38, (05 laudas).

São Gonçalo, 30 de novembro de 2023.


JANUZA BRANDÃO ASSAD SANTOS
Procuradora Geral
Mat. 124.540